

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	20
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	07/05/2013	Ordinária		0,06532
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	07/05/2013	Preferencial		0,07185
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Dividendo	07/05/2013	Ordinária		0,45511
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Dividendo	07/05/2013	Preferencial		0,50062

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.406.292	3.944.215
1.01	Ativo Circulante	1.142.589	663.491
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	202.025	89.279
1.01.02	Aplicações Financeiras	472.736	307.604
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	472.736	307.604
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	472.736	307.604
1.01.03	Contas a Receber	310.181	232.462
1.01.03.01	Clientes	37.690	27.615
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	37.690	27.615
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	272.491	204.847
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	272.491	204.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.357	11.721
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.357	11.721
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	15.662	9.128
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	4.695	2.593
1.01.07	Despesas Antecipadas	72	2.388
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.218	20.037
1.01.08.03	Outros	137.218	20.037
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.472	643
1.01.08.03.03	Outros Créditos	135.746	19.394
1.02	Ativo Não Circulante	3.263.703	3.280.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.233	106.751
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	104.233	106.751
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-14.386
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	6.861	6.897
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	96.581	99.063
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.609	14.386
1.02.02	Investimentos	3.938	3.882
1.02.02.01	Participações Societárias	3.938	3.882
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.938	3.882
1.02.03	Imobilizado	3.101.375	3.119.330
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.940.156	2.922.784
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	397	411
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	160.822	196.135
1.02.04	Intangível	54.157	50.761
1.02.04.01	Intangíveis	54.157	50.761
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	45.070	45.733
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	9.087	5.028

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.406.292	3.944.215
2.01	Passivo Circulante	1.185.832	905.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.109	1.543
2.01.02	Fornecedores	174.272	116.113
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	174.272	116.113
2.01.03	Obrigações Fiscais	108.830	397.797
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.733	397.563
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	98.958	389.622
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.775	7.941
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	15
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	97	219
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	831.610	316.602
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	497.460	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	497.460	0
2.01.04.02	Debêntures	333.886	316.335
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	264	267
2.01.05	Outras Obrigações	60.106	64.917
2.01.05.02	Outros	60.106	64.917
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.651	24.655
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	12.084	17.428
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.004	12.250
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.367	10.584
2.01.06	Provisões	8.905	8.763
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.905	8.763
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	8.905	8.763
2.02	Passivo Não Circulante	1.229.066	1.232.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.693	599.484
2.02.01.02	Debêntures	599.485	599.261
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	208	223
2.02.02	Outras Obrigações	5.693	5.570
2.02.02.02	Outros	5.693	5.570
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	4.691	4.024
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	195	774
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	713	679
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	94	93
2.02.03	Tributos Diferidos	576.261	581.552
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	576.261	581.552
2.02.04	Provisões	47.419	46.268
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.419	46.268
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	47.419	46.268
2.03	Patrimônio Líquido	1.991.394	1.805.606
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.907	253.844
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.543	1.480
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	223.320	223.320
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	181.875	181.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	203.684	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.105.912	1.123.871
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.656	-2.656

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	598.099	538.704
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-305.424	-155.891
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-185.622	-20.897
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-21.901	-26.324
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.289	-1.389
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-16.146	-18.739
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.120	-17.280
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.199	-452
3.02.09	Serviços de Terceiros	-16.264	-25.385
3.02.10	Material	-861	-937
3.02.12	Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.777	43
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	8	-857
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.157	-39.317
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.650	-4.357
3.03	Resultado Bruto	292.675	382.813
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	56	778
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	56	778
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	292.731	383.591
3.06	Resultado Financeiro	-10.858	-10.403
3.06.01	Receitas Financeiras	5.743	11.218
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.601	-21.621
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-16.504	-22.064
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-97	443
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	281.873	373.188
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.148	-126.944
3.08.01	Corrente	-98.958	-135.855
3.08.02	Diferido	2.810	8.911
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	185.725	246.244
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	185.725	246.244
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,46474	0,61618
3.99.01.02	PN	0,51121	0,67779
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,45033	0,59707
3.99.02.02	PN	0,49536	0,65678

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	185.725	246.244
4.03	Resultado Abrangente do Período	185.725	246.244

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-83.343	-5.433
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	239.996	293.792
6.01.01.01	Lucro líquido do período	185.725	246.244
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.157	39.317
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	663	663
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	1.588	-396
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.777	-43
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	-8	857
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	18.262	25.530
6.01.01.10	Fundo de Pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 695	933	0
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-2.977	-8.920
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	115	167
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-2.810	-8.911
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	63	62
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	-56	-778
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-882	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-323.339	-299.225
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-10.075	-27.486
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-67.644	-8.473
6.01.02.04	Serviços Prestados	-2	0
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-14.169	-20.923
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-7.503	-4.816
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	-2.102	1.972
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	2.316	1.730
6.01.02.09	Devedores Diversos	-829	-431
6.01.02.10	Outros Créditos	1.132	-921
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	566	1.370
6.01.02.12	Fornecedores	58.159	-10.849
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-290.664	-237.532
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	5.311	2.592
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	8.141	12.084
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-5.310	-5.487
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-975	-1.890
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-209	-132
6.01.02.19	Outras Obrigações	784	-33
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-266	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-177.231	-32.163
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-27.346	-22.970
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-803.129	-463.147
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	652.254	454.011
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	108	-57
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	882	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	373.320	-67
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	498.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4	-1
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.613	0
6.03.05	Custo de Empréstimos	-998	0
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-77	-66
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-119.988	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	112.746	-37.663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.279	44.469
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	202.025	6.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	0	0	0	63
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.725	0	185.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.725	0	185.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.959	-17.959	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.211	-27.211	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.252	9.252	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.907	223.320	203.684	1.103.256	1.991.394

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	0	0	0	62
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.244	0	246.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.244	0	246.244
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.793	-17.793	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.959	-26.959	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.166	9.166	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.639	294.565	264.037	1.180.914	2.200.382

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	633.536	568.740
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	631.745	568.697
7.01.02	Outras Receitas	14	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.777	43
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-237.610	-80.121
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-216.369	-48.978
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.125	-26.322
7.02.04	Outros	-4.116	-4.821
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.116	-4.821
7.03	Valor Adicionado Bruto	395.926	488.619
7.04	Retenções	-41.157	-39.317
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.157	-39.317
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	354.769	449.302
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.799	11.996
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	56	778
7.06.02	Receitas Financeiras	5.743	11.218
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	360.568	461.298
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	360.568	461.298
7.08.01	Pessoal	16.663	14.402
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.609	13.281
7.08.01.02	Benefícios	1.199	452
7.08.01.03	F.G.T.S.	852	658
7.08.01.04	Outros	3	11
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.226	178.773
7.08.02.01	Federais	140.512	178.638
7.08.02.02	Estaduais	714	116
7.08.02.03	Municipais	0	19
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.954	21.879
7.08.03.01	Juros	16.601	21.621
7.08.03.02	Aluguéis	353	258
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	185.725	246.244
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	185.725	246.244

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	4.406.308	3.944.328
1.01	Ativo Circulante	1.143.543	664.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	202.047	89.302
1.01.02	Aplicações Financeiras	473.648	307.621
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	473.648	307.621
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	473.648	307.621
1.01.03	Contas a Receber	310.181	232.462
1.01.03.01	Clientes	37.690	27.615
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	37.690	27.615
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	272.491	204.847
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	272.491	204.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.376	11.740
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.376	11.740
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	15.665	9.137
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	4.711	2.603
1.01.07	Despesas Antecipadas	72	2.388
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.219	20.973
1.01.08.03	Outros	137.219	20.973
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.472	643
1.01.08.03.03	Outros Créditos	135.747	20.330
1.02	Ativo Não Circulante	3.262.765	3.279.842
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.233	106.751
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	104.233	106.751
1.02.01.09.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-12.609	-14.386
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	6.861	6.897
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	791	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	96.581	99.063
1.02.01.09.09	Outros Créditos	12.609	14.386
1.02.03	Imobilizado	3.104.375	3.122.330
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.940.156	2.922.784
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	397	411
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	163.822	199.135
1.02.04	Intangível	54.157	50.761
1.02.04.01	Intangíveis	54.157	50.761
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	45.070	45.733
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	9.087	5.028

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	4.406.308	3.944.328
2.01	Passivo Circulante	1.185.848	905.848
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.109	1.543
2.01.02	Fornecedores	174.284	116.222
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	174.284	116.222
2.01.03	Obrigações Fiscais	108.833	397.801
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.736	397.567
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	98.961	389.626
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.775	7.941
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	15
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	97	219
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	831.610	316.602
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	497.460	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	497.460	0
2.01.04.02	Debêntures	333.886	316.335
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	264	267
2.01.05	Outras Obrigações	60.107	64.917
2.01.05.02	Outros	60.107	64.917
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	24.651	24.655
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	12.084	17.428
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.004	12.250
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	11.368	10.584
2.01.06	Provisões	8.905	8.763
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.905	8.763
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	8.905	8.763
2.02	Passivo Não Circulante	1.229.066	1.232.874
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	599.693	599.484
2.02.01.02	Debêntures	599.485	599.261
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	208	223
2.02.02	Outras Obrigações	5.693	5.570
2.02.02.02	Outros	5.693	5.570
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	4.691	4.024
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	195	774
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	713	679
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	94	93
2.02.03	Tributos Diferidos	576.261	581.552
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	576.261	581.552
2.02.04	Provisões	47.419	46.268
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.419	46.268
2.02.04.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	47.419	46.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.991.394	1.805.606
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227
2.03.02	Reservas de Capital	253.907	253.844
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.543	1.480
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.04	Reservas de Lucros	223.320	223.320
2.03.04.01	Reserva Legal	41.445	41.445
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	181.875	181.875
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	203.684	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.105.912	1.123.871
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.656	-2.656

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	598.099	540.179
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-305.467	-156.490
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-185.622	-20.908
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-21.901	-26.338
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.289	-1.391
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-16.146	-18.739
3.02.07	Pessoal e Administradores	-18.120	-17.408
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.199	-452
3.02.09	Serviços de Terceiros	-16.305	-25.846
3.02.10	Material	-861	-956
3.02.12	Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.777	132
3.02.13	Provisão/Reversão para Processos Judiciais e Outros	8	-857
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.157	-39.426
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.652	-4.301
3.03	Resultado Bruto	292.632	383.689
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	292.632	383.689
3.06	Resultado Financeiro	-10.756	-10.436
3.06.01	Receitas Financeiras	5.755	11.294
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.511	-21.730
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-16.414	-22.157
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-97	427
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	281.876	373.253
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-96.151	-127.009
3.08.01	Corrente	-98.961	-135.920
3.08.02	Diferido	2.810	8.911
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	185.725	246.244
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	185.725	246.244
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	185.725	246.244
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,46474	0,61618
3.99.01.02	PN	0,51121	0,67779
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,45033	0,59707
3.99.02.02	PN	0,49536	0,65678

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	185.725	246.244
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	185.725	246.244
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	185.725	246.244

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-82.458	-5.023
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	240.038	294.575
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	185.725	246.244
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.157	39.426
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	663	663
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	1.588	-380
6.01.01.06	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.777	-89
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	-8	857
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	18.262	25.530
6.01.01.10	Fundo de Pensão/Plano de Assistência - Deliberação CVM 695	933	0
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-2.991	-8.994
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	115	167
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-2.810	-8.911
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	63	62
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-882	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-322.496	-299.598
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-10.075	-27.748
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	-67.644	-8.473
6.01.02.04	Serviços Prestados	-2	0
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	-14.169	-20.923
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-7.493	-4.738
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	-2.108	1.927
6.01.02.08	Despesas Pagas Antecipadamente	2.316	1.735
6.01.02.09	Devedores Diversos	-829	-431
6.01.02.10	Outros Créditos	2.070	-921
6.01.02.11	Obrigações Sociais e Trabalhistas	566	1.369
6.01.02.12	Fornecedores	58.062	-10.903
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-290.665	-237.571
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	5.309	2.592
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	8.141	12.137
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	-5.310	-5.483
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	-975	-1.890
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-209	-208
6.01.02.19	Outras Obrigações	785	-69
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-266	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-178.117	-32.556
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-27.346	-22.985
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-804.045	-464.378
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	652.284	454.848
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	108	-41
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	882	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	373.320	-67
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	498.000	0
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-4	-1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	-3.613	0
6.03.05	Custo de Empréstimos	-998	0
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-77	-66
6.03.07	Adiantamento de Principal de Debêntures	-119.988	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	112.745	-37.646
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	89.302	44.520
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	202.047	6.874

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.844	223.320	0	1.121.215	1.805.606	0	1.805.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	0	0	0	63	0	63
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63	0	63
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	185.725	0	185.725	0	185.725
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	185.725	0	185.725	0	185.725
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.959	-17.959	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.211	-27.211	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.252	9.252	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.907	223.320	203.684	1.103.256	1.991.394	0	1.991.394

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	253.577	294.565	0	1.198.707	1.954.076	0	1.954.076
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	0	0	0	62	0	62
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62	0	62
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	246.244	0	246.244	0	246.244
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.244	0	246.244	0	246.244
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	17.793	-17.793	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	26.959	-26.959	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.166	9.166	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	253.639	294.565	264.037	1.180.914	2.200.382	0	2.200.382

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	633.536	570.360
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	631.745	570.228
7.01.02	Outras Receitas	14	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.777	132
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-237.651	-80.563
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-216.369	-49.003
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.166	-26.802
7.02.04	Outros	-4.116	-4.758
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-4.116	-4.758
7.03	Valor Adicionado Bruto	395.885	489.797
7.04	Retenções	-41.157	-39.426
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.157	-39.426
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	354.728	450.371
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.755	11.294
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.755	11.294
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	360.483	461.665
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	360.483	461.665
7.08.01	Pessoal	16.663	14.511
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.609	13.384
7.08.01.02	Benefícios	1.199	452
7.08.01.03	F.G.T.S.	852	664
7.08.01.04	Outros	3	11
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	141.231	178.920
7.08.02.01	Federais	140.515	178.780
7.08.02.02	Estaduais	716	121
7.08.02.03	Municipais	0	19
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.864	21.990
7.08.03.01	Juros	16.511	21.730
7.08.03.02	Aluguéis	353	260
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	185.725	246.244
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	185.725	246.244

Comentário do Desempenho

Comentário do desempenho da AES Tietê e controlada

Em milhares de reais (Consolidado)

	1T13	1T12	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	598.099	540.179	10,7%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(305.467)	(156.490)	95,2%
RESULTADO DO SERVIÇO	292.632	383.689	-23,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(10.756)	(10.436)	3,1%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	281.876	373.253	-24,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(96.151)	(127.009)	-24,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	185.725	246.244	-24,6%

O lucro líquido no 1T13 apresentou uma redução de R\$60.519 ou 24,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$57.920 ou 10,7% da receita operacional líquida, devido principalmente:
 - (i) ao maior volume vendido de energia através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo (3.058 GWh no 1T13 ante 2.879 GWh no 1T12), representando um aumento de R\$ 58.624, devido à alteração na sazonalidade do contrato bilateral e ao reajuste no preço médio praticado no trimestre que passou de R\$ 173,68/MWh em 1T12 para R\$ 182,66/MWh em 1T13.
 - (ii) Adicionalmente houve um incremento de outros contratos bilaterais no montante de R\$ 36.873 (482 GWh no 1T13 ante 153 GWh), parcialmente compensado pelo:
 - (iii) menor volume de energia vendida no MRE e Spot (642 GWh no 1T13 ante 1.827 GWh no 1T12), dado o rebaixamento de energia assegurada no sistema, a despeito da elevação do PLD médio na região Sudeste/Centro Oeste verificado no período, resultando em uma redução de R\$33.980 nesta receita.
 - (iv) Devido ao aumento da receita operacional bruta conforme acima, houve um incremento nas despesas de Pesquisa e Desenvolvimento, ICMS, Pis e Cofins no montante total de R\$3.611, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- Aumento de R\$148.977 ou 95,2% dos custos e despesas operacionais principalmente relacionados:
 - (i) ao maior volume de energia comprada para revenda em função da exposição gerada pelo rebaixamento da garantia física do sistema, sendo o volume de energia comprada por contratos bilaterais (462 GWh no 1T13 ante 131 GWh no 1T12) e no MRE e Spot (827 GWh no 1T13 ante 986 GWh no 1T12), somado ao aumento no preço médio negociado no mercado spot na região Sudeste/Centro

Comentário do Desempenho

Oeste, dado o despacho de térmicas em razão do baixo nível dos reservatórios. Dessa forma, houve um aumento dos custos com energia comprada em R\$164.714;

- (ii) às despesas com pessoal e administradores, que tiveram aumento de R\$712 ou 4,1%, principalmente devido ao acordo coletivo 2012-2013 (reajuste de 6,5%), incorrendo em maior despesa com salários e encargos incidentes;
 - (iii) aumento da despesa com previdência privada no montante de R\$747, decorrente principalmente do crescimento no custo dos juros devido à queda da taxa de desconto, conforme laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, parcialmente compensado pelas;
 - (iv) despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram redução de R\$4.437 ou 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos novos valores da TUST-rb (Usina de Água Vermelha) e TUSD-g (demais usinas da Companhia), homologados pela ANEEL em janeiro de 2013;
 - (v) despesas com compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, que apresentaram redução de R\$2.593 ou 13,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo menor volume de energia gerada no período (3.198 GWh no 1T13 ante 3.828 GWh no 1T12), parcialmente compensado pelo reajuste de 3,54% da Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada em R\$ 75,45/MWh em janeiro de 2013; e
 - (vi) às despesas com serviços de terceiros, que tiveram redução de R\$9.541 ou 36,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à realização da manutenção bi-anual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, no valor de R\$9.200 incorrido no 1T12, que não se repetiram no 1T13.
- No 1T13, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$10.756, comparado a uma despesa de R\$10.436 no 1T12, principalmente ocasionado:
- (i) pelo decréscimo da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$4.934 no 1T13 ante R\$9.748 no 1T12) devido à redução da taxa e rentabilidade média do CDI (rentabilidade média de 102,79% a.a no 1T12 para 97,83% a.a no 1T13). A redução na receita financeira foi parcialmente compensada pelo efeito positivo e não recorrente ocorrido no 1T13 referente ao recebimento de crédito com o Banco Santos no montante de R\$784.
 - (ii) A variação negativa no resultado financeiro, ocasionada pela redução das receitas financeiras, foi parcialmente compensada

Comentário do Desempenho

pelas despesas financeiras, visto que a Companhia incorreu em menores custos com empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$18.262 no 1T13 ante R\$25.530 no 1T12) devido à redução na taxa média do CDI, que passou de 10,2% a.a. no 1T12 para 7,0% a.a. no 1T13. Entretanto, houve impacto negativo de R\$ 1.147 referente ao Auto de Infração emitido pela Aneel relacionado à contratação com partes relacionadas.

- Redução nas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do período no montante de R\$30.858 ou 24,3% devido ao resultado antes dos tributos atingido (24,5% menor que o mesmo período do ano anterior) ocasionado pelos fatores descritos nos itens anteriores.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

A Companhia está sediada no Município de Barueri, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento na nota explicativa nº 10.

A Companhia está vendendo para a coligada Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo) 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física. O contrato firmado com a Eletropaulo tem sua vigência até 31 de dezembro de 2015 e determina a atualização anual do preço de venda da energia pela variação do IGP-M (vide nota explicativa nº 23).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Garantia física MW (*)
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Limoeiro	1958	2	32	15
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Ibitinga	1969	3	132	74
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
São Joaquim	2011	1	3	1
São José	2012	2	4	2
Total		35	2.658	1.278

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento). Esses esforços foram realizados por meio de 2 (dois) grandes projetos termelétricos.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão acima referida inviável. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, tais como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram a continuidade desses projetos.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011 a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011 a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar

Notas Explicativas

outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Em 19 de março de 2012 o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 550 MW^(*).

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifeste sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: i) o plano apresentado é consistente; ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

A Companhia deverá ser intimada para se pronunciar sobre a manifestação do Estado de São Paulo.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, portanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoeletrica a gás natural, com capacidade instalada de aproximadamente 550 MW^(*).

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo, teve sua Licença Ambiental Prévia emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, questionando o procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido

Notas Explicativas

pelo Judiciário. Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão. Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia. Aguarda-se a evolução do processo para produção de provas e posterior decisão judicial.

O projeto foi cadastrado com sucesso para participar dos leilões de energia nova organizados pela EPE (A-3 e A-5 de 2012), mas devido à indisponibilidade de fornecimento de gás, a Companhia não pôde ofertar sua energia.

A Companhia segue com o processo de licenciamento ambiental desenvolvendo planos e programas para obtenção da Licença Ambiental de Instalação e analisando alternativas para o fornecimento de gás, para que desta forma esteja apta para participar de leilões a serem anunciados no ano de 2013.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade de 579 MW^(*), a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia. Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW^(*) e a PCH São José 4 MW^(*), além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW^(*) médios.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 30 de abril de 2013, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração do Formulário de Informações Trimestrais – ITR, submetendo-o nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão identificadas como “Consolidado”.

Notas Explicativas

As informações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente no Brasil. Desta forma, essas informações contábeis individuais não estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida e seguros, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional

Notas Explicativas

pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das informações contábeis.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a seguinte controlada:

Descrição	Atividade	Participação	
		31.03.2013	31.12.2012
Controlada direta:			
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração	100%	100%

Todos os saldos e transações com a empresa consolidada são eliminados na consolidação. As principais eliminações são:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.
- Participação no capital social e no lucro líquido (prejuízo) do período da empresa controlada.

O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia era controladora direta da AES Minas. Dessa forma, estão sendo apresentados nas demonstrações do resultado, fluxo de caixa e valor adicionado os saldos desta empresa. Vale ressaltar que o investimento da AES Minas foi alienado em 31 de agosto de 2012.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.22 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com exceção à nova política contábil relativa a benefícios de aposentadoria, estabelecida pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e estimativa do limite de reconhecimento dos tributos diferidos ativos (detalhada na nota explicativa nº 6.1). A mudança da política e seus impactos relacionados ao CPC 33 (R1) estão detalhados a seguir:

Notas Explicativas

Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados

Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 - benefícios a empregados.

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer a descontinuação do método do corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 e estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

Mudanças no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31.12.2012			31.12.2012		
	Originalmente emitido	Ajuste do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajuste do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO						
<u>CIRCULANTE</u>						
Fornecedores	116.113	-	116.113	116.222	-	116.222
Debêntures	316.335	-	316.335	316.335	-	316.335
Arrendamento financeiro	267	-	267	267	-	267
Imposto de renda e contribuição social a pagar	389.622	-	389.622	389.626	-	389.626
Outros tributos a pagar	8.175	-	8.175	8.175	-	8.175
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.655	-	24.655	24.655	-	24.655
Obrigações estimadas	17.428	-	17.428	17.428	-	17.428
Obrigações sociais e trabalhistas	1.543	-	1.543	1.543	-	1.543
Provisões para processos judiciais e outros	8.763	-	8.763	8.763	-	8.763
Pesquisa e desenvolvimento	12.250	-	12.250	12.250	-	12.250
Outras obrigações	10.584	-	10.584	10.584	-	10.584
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	905.735	-	905.735	905.848	-	905.848
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Debêntures	599.261	-	599.261	599.261	-	599.261
Arrendamento financeiro	223	-	223	223	-	223
Tributos e contribuições sociais diferidos	582.920	(1.368)	581.552	582.920	(1.368)	581.552
Obrigações com entidade de previdência privada	-	4.024	4.024	-	4.024	4.024
Provisões para processos judiciais e outros	46.268	-	46.268	46.268	-	46.268
Pesquisa e desenvolvimento	774	-	774	774	-	774
Obrigações estimadas	679	-	679	679	-	679
Outras obrigações	93	-	93	93	-	93
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.230.218	2.656	1.232.874	1.230.218	2.656	1.232.874
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>						
Capital social subscrito e integralizado	207.227	-	207.227	207.227	-	207.227
Reserva de capital	253.844	-	253.844	253.844	-	253.844
Reservas de lucro - legal	41.445	-	41.445	41.445	-	41.445
Ajustes de avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	1.123.871	(2.656)	1.121.215	1.123.871	(2.656)	1.121.215
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	181.875	-	181.875	181.875	-	181.875
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.808.262	(2.656)	1.805.606	1.808.262	(2.656)	1.805.606
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.944.215	-	3.944.215	3.944.328	-	3.944.328

Reconciliação do saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da demonstração das mutações do patrimônio líquido após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados:

	31.12.2012
Patrimônio líquido originalmente emitido	1.808.262
Registro da perda atuarial	(4.024)
Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.368
Patrimônio líquido reapresentado	1.805.606

Não houve impacto nas demonstrações do resultado, fluxo de caixa e valor adicionado para o trimestre findo em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Numerário disponível	510	514	532	537
Operações compromissadas (i)	186.508	49.513	186.508	49.513
CDB-DI (i)	15.007	39.252	15.007	39.252
Subtotal	202.025	89.279	202.047	89.302
<u>Investimentos de curto prazo</u>				
Operações compromissadas (i)	311.527	91.758	312.422	91.758
CDB-DI (i)	46.244	102.258	46.261	102.275
Fundo de investimentos (i)	114.965	113.588	114.965	113.588
Subtotal	472.736	307.604	473.648	307.621
Total	674.761	396.883	675.695	396.923

- (i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de março de 2013 está representado por operações de CDB, fundos de investimentos e operações compromissadas (*) com liquidez diária e com rentabilidade média no período de 97,83% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas em média a 102,02% do CDI.

O fundo de investimento é administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos da Companhia e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. Em 31 de março de 2013, os ativos do fundo de investimentos eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

- (*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco e de revenda pela Companhia, com taxas definidas, prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Notas Explicativas

5. Consumidores e revendedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Contratos bilaterais	17.997	8.812	17.997	8.812
MRE e Spot	6.618	5.728	6.618	5.728
Energia livre ^(*)	13.075	13.075	13.075	13.075
Total	37.690	27.615	37.690	27.615

(*) A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou novos saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 31 de março de 2013, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e Spot) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia no curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A Companhia não requer garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber acerca da energia livre. As garantias são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente.

Notas Explicativas

6. Tributos e contribuições sociais diferidos

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.03.2012
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	929	2.350	(1.421)	(1.658)
Provisão para processos fiscais	1.577	1.562	15	24
Provisão para processos trabalhistas	2.003	1.984	19	198
Provisão para processos cíveis	9.451	9.304	147	30
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	1.580	3.419	(1.839)	1.043
Provisões de meio ambiente	1.446	1.446	-	25
Ativo imobilizado - custo atribuído	(569.712)	(578.964)	9.252	9.166
Ativo intangível - uso do bem público	(15.324)	(15.549)	225	226
Obrigação com entidade de previdencia privada - perda atuarial ^(*)	1.368	1.368	-	-
Outras	(9.579)	(8.472)	(1.107)	2.444
Subtotal	(576.261)	(581.552)	5.291	11.498
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(2.481)	(2.587)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			2.810	8.911
Tributos diferidos ativos	23.934	27.081		
Tributos diferidos passivos	(600.195)	(608.633)		
Passivo fiscal diferido, líquido	(576.261)	(581.552)		
Reconciliação do passivo fiscal diferido, líquido				
	31.03.2013			
Saldo inicial	(581.552)			
Efeito dos tributos diferidos no resultado do período	5.291			
Saldo final	(576.261)			

(*) O montante de R\$1.368 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, relacionado ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre perda atuarial, está sendo rerepresentado para fins de comparabilidade, devido à adoção retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.

A Companhia revisou a estimativa do limite de reconhecimento dos tributos diferidos ativos, adotando desta forma o prazo de concessão, visto que se trata de um contrato com prazo de duração definido, que no caso da Companhia se encerra em 2029.

A Administração entende que a estimativa de realização dos créditos tributários aprovada pelo Conselho de Administração e apreciada pelo Conselho Fiscal relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ainda é consistente com o seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

A Administração da Companhia estima que os saldos em 31 de março de 2013 referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo de concessão.

Notas Explicativas

6.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31.03.2013		31.03.2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:				
Corrente	(72.682)	(26.279)	(99.889)	(36.031)
Diferido	2.047	763	6.533	2.378
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(70.635)	(25.516)	(93.356)	(33.653)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	281.876	281.876	373.253	373.253
Adições (exclusões):				
Doações	807	807	384	384
Outros	826	833	204	282
Subtotal	1.633	1.640	588	666
Base de cálculo	283.509	283.516	373.841	373.919
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Tributos	(70.877)	(25.516)	(93.460)	(33.653)
Incentivos Fiscais	236	-	98	-
Outros	6	-	6	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(70.635)	(25.516)	(93.356)	(33.653)
Alíquota efetiva	25,1%	9,1%	25,0%	9,0%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Notas Explicativas

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda	8.203	-	8.203	-
Contribuição social	4.772	1	4.772	1
Imposto de renda retido na fonte	2.687	9.127	2.690	9.136
Total	15.662	9.128	15.665	9.137
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS	836	462	836	462
COFINS	3.853	2.131	3.853	2.131
Outros tributos	6	-	22	10
Total	4.695	2.593	4.711	2.603
Total circulante	20.357	11.721	20.376	11.740
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS	791	791	791	791
Total não circulante	791	791	791	791

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda	72.680	290.684	72.682	290.686
Contribuição social	26.278	98.938	26.279	98.940
Total	98.958	389.622	98.961	389.626
<u>Outros tributos a pagar</u>				
Federais:				
PIS	1.391	1.000	1.391	1.000
COFINS	6.419	4.618	6.419	4.618
INSS	315	623	315	623
IRRF	129	295	129	296
Outros tributos	1.521	1.405	1.521	1.404
Subtotal - Federais	9.775	7.941	9.775	7.941
Estaduais:				
ICMS	-	15	-	15
Subtotal - Estaduais	-	15	-	15
Municipais:				
ISS	97	219	97	219
Subtotal - Municipais	97	219	97	219
Total - Outros tributos a pagar	9.872	8.175	9.872	8.175

Notas Explicativas

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimento por base em estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza dentro do mesmo ano calendário.

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	532	18.445	532	19.381
Alienação de bens e direitos	628	659	628	659
Adiantamento de debêntures (**)	134.157	-	134.157	-
Outros	429	290	430	290
Total	135.746	19.394	135.747	20.330
Não circulante				
Banco Santos (**)	12.609	14.386	12.609	14.386
Total	12.609	14.386	12.609	14.386
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco Santos	(12.609)	(14.386)	(12.609)	(14.386)
Saldo líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-

A ANEEL através do Despacho nº 627/2013, suspendeu a liquidação financeira que ocorreria em março de 2013 para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), assim como o aporte de garantias para a respectiva liquidação. Desta forma, a Companhia não aportou garantias para a CCEE em 31 de março de 2013.

(*) A Companhia recebeu da massa falida do Banco Santos S.A., em janeiro de 2013, um pagamento referente ao terceiro rateio aos credores quirografários, equivalente a 8,65% dos saldos constantes do saldo geral de credores, no montante de R\$2.561. Do total recebido, R\$1.777 foi registrado como reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e R\$784 como receita financeira.

(**) De acordo com o contrato de prestação de serviços de escrituração de debêntures firmado com o Itaú Corretora de Valores S.A., a Companhia deve transferir 40% do valor total a ser pago como antecipação um dia útil antes do vencimento contratual. Quando do vencimento contratual o Itaú realizará o pagamento aos titulares das debêntures. Dessa forma, em 28 de março de 2013, a Companhia realizou um adiantamento no montante de R\$134.157 (R\$119.988 de principal e R\$14.169 de juros) cujo vencimento contratual ocorreu 01 de abril de 2013.

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	31.03.2013		31.12.2012	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<u>AES Gás Ltda.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(547.940)	366.448	(181.492)	(179.301)
Subtotal	260.364	(175.116)	85.248	87.439
<u>AES Tietê Participações S.A.</u>				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(49.089)	32.399	(16.690)	(16.399)
Subtotal	33.331	(21.998)	11.333	11.624
Saldos em cada data-base	293.695	(197.114)	96.581	99.063

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	99.063
Amortização de ágio	(7.546)
Reversão	5.064
Saldo em 31 de março de 2013	96.581

Notas Explicativas

10. Investimentos

	Controladora	
	31.03.2013	31.12.2012
Investimento em controladas:		
AES Rio PCH Ltda.	1.611	1.555
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	3.938	3.882

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), que foi constituída para construir e operar o projeto Piabanha.

(a) AES Rio

	31.03.2013	31.12.2012
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	1.611	1.555
Lucro (Prejuízo) do período	56	(115)

O projeto de Piabanha consistia na construção de três PCHs localizadas no Estado do Rio de Janeiro por meio da subsidiária AES Rio. A capacidade instalada total desses projetos era de 52 MW^(*).

Após realizar uma criteriosa reavaliação de todos os aspectos do projeto através de análises de viabilidade e estudos de sensibilidade aos riscos envolvidos na execução do projeto, foi constatada a baixa probabilidade de retorno do referido projeto. Consequentemente, foi constituída uma provisão para a redução ao provável valor de realização do total dos ativos intangíveis (licenças, despesas legais, depósitos judiciais e outros) associados ao projeto em 2009. Os valores remanescentes no ativo imobilizado da Companhia referem-se ao valor contábil das terras onde seriam construídas as PCHs, os quais estão registrados ao seu provável valor de realização.

As autorizações das três PCHs já foram revogadas pela ANEEL e a Companhia vem estudando medidas a serem tomadas considerando as opções de mercado existentes no momento.

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	31.03.2013			31.12.2012
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Controladora:				
Terrenos	-	407.783	-	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	3,4%	2.823.432	(1.413.155)	1.410.277
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	639.844	(402.634)	237.210
Máquinas e equipamentos	4,2%	1.371.778	(491.259)	880.519
Veículos	11,7%	7.385	(2.337)	5.048
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	25,0%	791	(394)	397
Móveis e utensílios e outros	6,3%	4.461	(2.460)	2.001
Imobilizado em serviço		5.255.474	(2.312.239)	2.943.235
Imobilizado em curso (I)		160.822	-	160.822
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado – Controladora		5.413.614	(2.312.239)	3.101.375
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em curso (terrenos)		3.000	-	3.000
Total Imobilizado – AES Rio		3.000	-	3.000
Total Consolidado		5.416.614	(2.312.239)	3.104.375
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço		5.255.474	(2.312.239)	2.943.235
Imobilizado em curso (I)		163.822	-	163.822
Obrigações especiais		(4.781)	-	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro		2.099	-	2.099
Total Imobilizado		5.416.614	(2.312.239)	3.104.375

(I) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2013 é como segue:

Custo	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controladas	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	407.783	2.818.969	638.133	1.321.301	8.565	4.803	196.135	(2.682)	5.393.007	3.000	5.396.007
Adições	-	-	-	-	-	30	27.346	-	27.376	-	27.376
Baixas	-	-	-	-	(2.583)	(1)	-	-	(2.584)	-	(2.584)
Transferências	-	4.463	1.711	50.477	1.403	420	(62.659)	-	(4.185)	-	(4.185)
Saldo em 31 de março de 2013	407.783	2.823.432	639.844	1.371.778	7.385	5.252	160.822	(2.682)	5.413.614	3.000	5.416.614

Depreciação acumulada	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controladas	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.389.590)	(399.275)	(477.488)	(4.631)	(2.743)	-	-	(2.273.677)	-	(2.273.677)
Adições	-	(23.565)	(3.359)	(13.821)	(175)	(111)	-	-	(41.031)	-	(41.031)
Baixas	-	-	-	-	2.469	-	-	-	2.469	-	2.469
Saldo em 31 de março de 2013	-	(1.413.155)	(402.634)	(491.259)	(2.337)	(2.854)	-	-	(2.312.239)	-	(2.312.239)

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data base de 31 de março de 2013 equivalente a R\$3.100,978 (R\$3.118.919 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Obrigação de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tinha a obrigação de expandir a capacidade instalada em 15% até 31 de dezembro de 2007, o que não foi possível devido a alterações significativas nas premissas originais.

(f) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observada as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica. Conforme descrito na nota explicativa nº 1, quase a totalidade da garantia física da Companhia está negociada através de contrato bilateral com a coligada Eletropaulo.

Notas Explicativas

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.2, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizados pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da Cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, a Companhia não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Considerando que as condições estabelecidas pela ICPC 01 Contratos de Concessão não foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu Contrato de Concessão está fora do escopo da ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão registrados sob a rubrica do ativo imobilizado.

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(28.104)	(27.441)	(28.104)	(27.441)
Total do ativo intangível - uso do bem público	45.070	45.733	45.070	45.733
<u>Outros intangíveis</u>				
Custo	13.574	9.391	13.574	9.391
Amortização	(4.487)	(4.363)	(4.487)	(4.363)
Total dos outros intangíveis	9.087	5.028	9.087	5.028
Total intangível	54.157	50.761	54.157	50.761

Notas Explicativas

A movimentação do Intangível é como segue:

	Consolidado			Consolidado
	Uso do Bem Público	Outros	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.733	5.028	50.761	50.761
Amortização	(663)	(126)	(789)	(789)
Adição	-	4.185	4.185	4.185
Saldo em 31 de março de 2013	45.070	9.087	54.157	54.157

O uso do bem público (UBP) refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004, conforme disposto na cláusula quinta do contrato de concessão da Companhia. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre (*)	146.157	49.406	146.157	49.406
Uso do sistema de transmissão - TUST	5.901	7.814	5.901	7.814
Uso dos sistemas de distribuição- TUSDg	1.713	3.550	1.713	3.550
Materiais e serviços	20.501	55.343	20.513	55.452
Total	174.272	116.113	174.284	116.222

(*) Em obediência ao disposto no Despacho ANEEL nº 627, de 7 de março de 2013, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) suspendeu temporariamente a liquidação financeira do mercado de curto prazo relativa às operações de janeiro de 2013. Desta forma, em 31 de março de 2013, a Companhia mantinha um saldo a pagar referente a janeiro no montante de R\$96.839, cuja liquidação ocorreu em 08 de abril de 2013.

Notas Explicativas

13. Debêntures, empréstimos financeiros e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva (*) (%)	31.03.2013							
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	34.832	299.970	(916)	333.886	600.030	(545)	599.485	
Subtotal			34.832	299.970	(916)	333.886	600.030	(545)	599.485	
Empréstimos e financiamentos										
Nota promissória - 1ª Emissão (b)	2013	CDI+1,19	458	498.000	(998)	497.460	-	-	-	
Subtotal			458	498.000	(998)	497.460	-	-	-	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (c)	8,40 a 13,90		-	264	-	264	208	-	208	
Subtotal			-	264	-	264	208	-	208	
Total da dívida			35.290	798.234	(1.914)	831.610	600.238	(545)	599.693	

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva (*) (%)	31.12.2012							
			Circulante				Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures										
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(769)	599.261	
Subtotal			17.377	299.970	(1.012)	316.335	600.030	(769)	599.261	
Arrendamento financeiro										
Arrendamento financeiro (c)	8,51 a 13,90		-	267	-	267	223	-	223	
Subtotal			-	267	-	267	223	-	223	
Total da dívida			17.377	300.237	(1.012)	316.602	600.253	(769)	599.484	

(*) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

13.2 As principais características do contrato de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
			299.970
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970
			300.060
			Abril de 2013
			Abril de 2014
			Abril de 2015

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

- (b) Nota Promissória – 1ª emissão: R\$498.000 em notas promissórias, ocorrida em 26 de março de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., com prazo final em setembro de 2013.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
CDI + 0,79%	No final do contrato	No final do contrato	Setembro de 2013

Os recursos captados em 26 de março de 2013 com a emissão de 498 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$1.000 totalizando R\$498.000, serão utilizados para a amortização da primeira parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia, sendo o restante utilizado para a realização de investimentos.

- (c) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento mercantil financeiro, em 31 de março de 2013, registrado pela Companhia era de R\$472 no passivo, e R\$397 no ativo.

Notas Explicativas

13.3 Em 31 de março de 2013, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar
2014	299.970	112	(385)
2015	300.060	69	(160)
2016	-	27	-
	600.030	208	(545)

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, que teve as seguintes variações:

	31.03.2013	31.12.2012
CDI (*)	7,01%	6,90%

(*) Índice do último dia do período

13.5 A movimentação das debêntures e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Ingressos	Encargos	Amortização /	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2012			Pagamentos	31.03.2013
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	900.000	-	-	-	900.000
Debêntures - 1ª Emissão - Encargos	17.377	-	17.455	-	34.832
Debêntures - 1ª Emissão - Custo a amortizar	(1.781)	-	-	320	(1.461)
Subtotal	915.596	-	17.455	320	933.371
Nota promissória - 1ª Emissão - Principal	-	498.000	-	-	498.000
Nota promissória - 1ª Emissão - Encargos	-	-	458	-	458
Nota promissória - 1ª Emissão - Custo a amortizar	-	(998)	-	-	(998)
Subtotal	-	497.002	458	-	497.460
Arrendamento financeiro	490	30	29	(77)	472
Subtotal	490	30	29	(77)	472
Total	916.086	497.032	17.942	243	1.431.303

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros no contrato das debêntures e das notas promissórias.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de debêntures este índice deve ser inferior a 2,5 vezes. Em 31 de março de 2013 este índice era de 1,0 vezes;
- (ii) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato da 1ª emissão de Notas Promissórias este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 31 de março de 2013 este índice era de 0,5 vezes;
- (iii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos da 1ª emissão de debêntures e nota promissória, este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 31 de março de 2013 este índice era de 15,3 vezes.

Para as debêntures, o não cumprimento dos índices acima, por um trimestre, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Já para a nota promissória, o contrato prevê dois trimestres consecutivos.

Em 31 de março de 2013, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida da Companhia.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de março de 2013 foram atendidos.

14. Obrigações estimadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Férias	5.643	5.809	5.643	5.809
13º Salário	726	-	726	-
Encargos sociais sobre férias	2.209	2.337	2.209	2.337
Participação nos lucros	2.732	6.913	2.732	6.913
Bônus	774	2.369	774	2.369
Total Circulante	12.084	17.428	12.084	17.428
Assistência saúde pós-emprego	488	485	488	485
Bônus	225	194	225	194
Total Não Circulante	713	679	713	679

O passivo não circulante de R\$488 em 31 de março de 2013 é o passivo atuarial referente à Lei 9.656/98, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós emprego, oferecido à funcionários desligados ou aposentados.

Notas Explicativas

A avaliação atuarial foi realizada na data base de 31 de dezembro de 2012 e efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais. Mensalmente, são apurados no resultado do período, os valores referentes ao custo do serviço e juros do passivo atuarial.

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial, quando aplicáveis, são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes no encerramento do exercício social, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2012.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Notas Explicativas

As despesas reconhecidas no trimestre findo em 31 de março de 2013 foram as seguintes:

	31.03.2013
Custo dos serviços correntes	870
Custo dos juros	6.831
Rendimento esperado dos ativos do plano	(6.768)
Total das despesas benefício definido	933
Outras contribuições	266
Total das despesas no período	1.199

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	31.03.2013
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012	4.024 (*)
Despesa do período conforme laudo atuarial	933
Pagamentos de contribuições	(266)
Saldo final em 31 de março de 2013	4.691

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) de forma retrospectiva, desta forma, os saldos de 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentados para fins de comparabilidade.

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	10.675	10.606
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	886	1.314
Ministério de Minas e Energia	443	330
Total - Circulante	12.004	12.250
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	195	774
Total - Não circulante	195	774
Total - Circulante e não circulante	12.199	13.024

Notas Explicativas

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento no trimestre findo em 31 de março de 2013 é como segue:

	31.12.2012	Adições	Atualização monetária	Pagamentos e aplicações	31.03.2013
Pesquisa e desenvolvimento	11.380	2.392	150	(3.052)	10.870
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.314	2.392	-	(2.820)	886
Ministério das Minas e Energia	330	1.197	-	(1.084)	443
Total	13.024	5.981	150	(6.956)	12.199

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31.03.2013	31.12.2012	31.03.2013	31.12.2012
Trabalhista (a)	5.892	5.834	1.720	1.808
Pis (b)	2.005	1.992	2.679	2.661
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (c)	10.510	10.900	-	-
Provisão meio ambiente (d)	4.254	4.254	-	-
Cível Despacho 288 (e)	26.157	25.817	-	-
Cível	1.640	1.549	-	-
Processos regulatórios (g)	1.147	-	-	-
Imposto de renda (f)	4.719	4.685	2.462	2.428
Total	56.324	55.031	6.861	6.897
Total circulante	8.905	8.763	-	-
Total não-circulante	47.419	46.268	6.861	6.897

As movimentações das provisões para processos judiciais e outros são como seguem:

	31.12.2012	Provisão	Atualização monetária / cambial	Pagamentos	31.03.2013
Trabalhista	5.834	159	108	(209)	5.892
Pis	1.992	-	13	-	2.005
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	10.900	-	(390)	-	10.510
Provisão meio ambiente	4.254	-	-	-	4.254
Cível Despacho 288	25.817	-	340	-	26.157
Cível	1.549	-	91	-	1.640
Processos regulatórios	-	1.129	18	-	1.147
Imposto de renda	4.685	-	34	-	4.719
Total - Consolidado	55.031	1.288	214	(209)	56.324

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está

Notas Explicativas

fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

- (a) Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e empregados de empresas terceirizadas pela Companhia pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.
- (b) PIS – A Companhia propôs medidas judiciais visando questionar alterações no cálculo do PIS instituídas pela Lei 9.718/98 referentes ao alargamento da base de cálculo. Em novembro de 2000 houve decisão definitiva favorável no STF. Atualmente aguarda-se decisão dos valores definitivos e posterior levantamento do depósito judicial. Apesar de ter classificação de perda remota, trata-se de uma obrigação legal e, por isso, há uma provisão correspondente no valor de R\$2.005 atualizada até 31 de março de 2013 (R\$ 1.992 em 31 de dezembro de 2012).
- (c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1º de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito ex nunc da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão em R\$ 10.510 (R\$10.900 em 31 de dezembro de 2012).
- (d) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
 - (d.1) Existem 338 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 274 demandas, já que as demais 64 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo

Notas Explicativas

a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.661 (R\$ 1.661 em 31 de dezembro de 2012).

- (d.2) Em 4 ações relacionadas à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância (julgamento conjunto) determinando que a Companhia efetive o reflorestamento de 100 metros de área de preservação permanente no Município de Mendonça – UHE Promissão. Os demais pedidos da ação foram julgados improcedentes, quais sejam (i) implantação de Unidade de Conservação; (ii) reparação das perdas econômicas supostamente sofridas pelo Município; (iii) compensação ambiental - recomposição de danos ambientais/socioeconômicos. Com base em pareceres de seus consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda provável para a execução do reflorestamento dentro da área de concessão (aproximadamente 30 metros) e como possível para a área fora da responsabilidade da Companhia (aproximadamente 70 metros). A partir dessa avaliação de risco foi reconhecida provisão de R\$2.593 (R\$ 2.593 em 31 de dezembro de 2012) para a efetivação do reflorestamento ainda pendente no Município de Mendonça – UHE Promissão (aproximadamente 72 hectares).
- (e) A AES Sul questiona os termos do Despacho 288/2002 da ANEEL que regulamentou operação de venda de energia efetuada pela AES Sul, podendo a sua respectiva recontabilização repercutir na Companhia, que para tanto tem provisionada a quantia de R\$ 26.157 (R\$25.817 em 31 de dezembro de 2012). Em 29 de junho de 2012 foi publicada sentença de mérito desfavorável à AES Sul em 1ª instância, para a qual foi apresentado recurso em 11 de julho de 2012. Em 12 de julho de 2012 foi concedida liminar para a AES Sul suspendendo os efeitos da sentença até o julgamento do seu recurso.
- (f) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão de o Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Atualmente aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$119.800 (R\$ 118.943 até dezembro de 2012) envolvidos na discussão, apenas R\$4.719 (R\$4.685 até dezembro de 2012) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível.
- (g) A Companhia recebeu Auto de Infração nº 135/2012-SFF, em 03 de janeiro de 2013, da ANEEL referente à contratação com partes relacionadas sem anuência previa do regulador no montante de R\$1.129. A Administração da Companhia, após análises dos assessores, decidiu provisionar o valor integral do auto de infração que atualizado até 31 de março de 2013 corresponde a R\$1.147.

Notas Explicativas

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	Controladora
	31.03.2013	31.12.2012
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	115.081	114.258
(c) Auto de infração - Ágio	115.528	114.897
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.170	6.123
(e) Reflorestamento fora da área de concessão	Não determinado	Não determinado

Além dos processos apresentados acima, a Companhia também está envolvida em duas ações com probabilidade de perda possível (Obrigação de expansão e licenciamento ambiental da Termo São Paulo), que estão detalhadas na nota explicativa nº 1.

(a) Recomposição de danos ambientais

Refere-se a 4 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação de seus reservatórios.

Em 01 ação relacionada à Usina de Promissão houve julgamento em 1ª instância determinando que a Companhia (i) mantenha o programa de estocagem de peixes e (ii) cumpra as medidas para a proteção do meio ambiente equilibrado sugeridas pelo Perito Judicial. O risco de perda relacionado a essa ação permanece possível.

As demais 3 ações em andamento, sem decisões desfavoráveis, todas com avaliação da probabilidade de risco de perda avaliada como possível, de forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Compensações de IRPJ e CSLL

De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante total de R\$119.800 envolvidos na discussão, R\$115.081 atualizados até 31 de março de 2013

Notas Explicativas

são considerados como probabilidade de perda possível (R\$114.258 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Auto de infração - ágio

Em 24 de novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$115.528 atualizado até 31 de março de 2013 (R\$114.897 em 31 de dezembro de 2012) em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso administrativo apresentado pela Companhia.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2013 é de R\$6.170 (R\$ 6.123 em 31 de dezembro de 2012).

(e) Reflorestamento fora da área de concessão

Conforme detalhado na nota explicativa 17.1 (d.2), a Companhia foi julgada em 1ª instância a efetuar o reflorestamento no raio de 100 metros da área de preservação permanente na Usina de Promissão. Com base nos pareceres de consultores jurídicos, a análise de risco para esta decisão foi avaliada como de perda possível para a área de responsabilidade de terceiros, fora da responsabilidade da Companhia, aproximadamente no raio de 70 metros. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de março de 2013, a Companhia possui cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	2	1.879	1.4%
Compra de energia	12	25.722	0,70% a 0,75%
		27.601	

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social autorizado da Companhia é de R\$4.600.000, sendo R\$2.383.260 em ações ordinárias e R\$2.216.740 em ações preferenciais. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações correspondentes a cada espécie, respeitada a proporção de ações existentes. Na emissão de ações, dentro do limite autorizado será fixado: a) quantidade, espécie e classe de ações; b) preço de emissão; c) demais condições de subscrição e integralização em virtude da exigência da lei nº 6.404/76 e suas alterações.

De acordo com o parágrafo 6º do artigo 4º do Estatuto Social os acionistas que deixarem de realizar as integralizações nas condições fixadas ficarão de pleno direito constituído em mora e sujeito ao pagamento de juros de 1% a.m., correção monetária, segundo índice a ser definido pelo Conselho de Administração, e multa de 10%, calculado sobre os valores em atraso.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado da Companhia é de R\$207.227, o qual está representado por 381.253.493 ações, sendo 197.461.211 ações ordinárias e 183.792.282 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e não têm direito a voto, possuindo, entretanto: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, com exceção da reserva especial de ágio que será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador - nota explicativa nº 9 e item 18.2 (a) a seguir; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias

No trimestre findo em 31 de março de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve emissão ou resgate de ações.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a composição acionária em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

	31.03.2013		31.12.2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	140.882.909	71,35%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	150.534	0,08%	150.534	0,08%
Outros	56.427.768	28,57%	56.427.768	28,57%
Total das ações	197.461.211	100,00%	197.461.211	100,00%
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	59.447.111	32,34%	59.447.111	32,34%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38%	30.107.688	16,38%
Outros	94.237.483	51,28%	94.237.483	51,28%
Total das ações	183.792.282	100,00%	183.792.282	100,00%

18.2 Reservas

	Controladora	
	31.03.2013	31.12.2012
Composição dos saldos das reservas:		
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.543	1.480
Total	253.907	253.844
<u>Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	1.105.912	1.123.871
Plano de previdência privada - perdas atuariais (c.2)	(2.656)	(2.656)
Total	1.103.256	1.121.215
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal (d)	41.445	41.445
Total	41.445	41.445
<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	181.875	181.875
Total	181.875	181.875

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos

Notas Explicativas

demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia.
- (c) Em 31 de março de 2013 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outras resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pela perda atuarial do plano de pensão.
 - (c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1º de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.
 - (c.2) Outros resultados abrangentes relacionado à perda atuarial do plano de pensão apresenta um saldo negativo de R\$2.656 (líquido de imposto de renda e contribuição social). O reconhecimento da perda atuarial do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1). Este pronunciamento técnico foi aplicado de forma retrospectiva, e os saldos de abertura foram reapresentados conforme nota explicativa nº 3.
- (d) Reserva Legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Notas Explicativas

19. Lucro por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada em favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de março de 2013, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,99%.

19.2 Demonstração do cálculo do lucro por ação

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 18.1, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o lucro básico por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012.

	31.03.2013	31.03.2012
Numerador:		
Lucro líquido do período	185.725	246.244
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias *	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais *	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171
Denominador ajustado		
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632
Lucro básico por ação (R\$ por ação)		
Lucro básico por ação ordinária	0,4647	0,6162
Lucro básico por ação preferencial	0,5112	0,6778

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2013	91.768	93.957	185.725
31.03.2012	121.671	124.573	246.244

Para o cálculo do lucro por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação em 31 de março de 2013 e 2012.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o lucro diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012:

	31.03.2013	31.03.2012
Numerador:		
Lucro líquido do período	185.725	246.244
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias **	203.202	203.202
Média ponderada do número de ações preferenciais **	190.198	190.198
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)		
Lucro diluído por ação ordinária	0,4503	0,5971
Lucro diluído por ação preferencial	0,4954	0,6568

(**) Considerando as ações a serem emitidas em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 31 de março de 2013.

Lucro atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
31.03.2013	91.508	94.217	185.725
31.03.2012	121.671	124.573	246.244

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	31.03.2013		31.03.2012	
	MWh ^(*)	R\$	MWh ^(*)	R\$
Geração própria e outras:				
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	3.058.088	558.590	2.878.661	499.966
Contratos bilaterais	482.169	56.485	153.268	18.223
MRE e Spot	641.676	16.670	1.825.148	50.508
Outras receitas	-	14	-	-
Receita operacional bruta – Controladora	4.181.933	631.759	4.857.077	568.697
Pesquisa e desenvolvimento	-	(5.981)	-	(5.387)
PIS e Cofins	-	(27.138)	-	(24.606)
ICMS	-	(541)	-	-
Receita operacional líquida – Controladora	4.181.933	598.099	4.857.077	538.704
AES Minas PCH Ltda.:				
Contrato bilateral	-	-	9.828	1.389
PIS e Cofins	-	-	-	(56)
MRE e Spot	-	-	2.322	142
Receita operacional líquida – Consolidado	4.181.933	598.099	4.869.227	540.179
Energia elétrica comprada e encargos:				
Contratos bilaterais	461.620	50.666	131.198	12.102
MRE e Spot	826.873	142.550	984.756	10.342
Encargos de transmissão	-	21.492	-	25.596
Encargos de conexão	-	409	-	728
PIS e Cofins	-	(8.846)	-	(1.757)
Outros	-	1.252	-	210
Total – Controladora	1.288.493	207.523	1.115.954	47.221
AES Minas PCH Ltda.:				
MRE e Spot	-	-	899	11
Encargos de transmissão	-	-	-	14
Total – Consolidado	1.288.493	207.523	1.116.853	47.246

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

21. Outras receitas e custos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Doações	(807)	(384)	(807)	(384)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(663)	(663)	(663)	(663)
Seguros	(2.367)	(1.741)	(2.367)	(1.746)
Ganhos na alienação de bens e direitos	737	-	737	-
Outros Custos	(1.550)	(1.569)	(1.552)	(1.508)
Total	(4.650)	(4.357)	(4.652)	(4.301)

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012	31.03.2013	31.03.2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	4.922	9.674	4.934	9.748
Recebimento banco santos - nota nº 8	784	-	784	-
Outras	37	1.544	37	1.546
Total	5.743	11.218	5.755	11.294
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(18.262)	(25.530)	(18.262)	(25.530)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	3.098	3.832	3.098	3.832
Processos regulatórios - nota nº 17	(1.147)	-	(1.147)	-
Outras	(193)	(366)	(103)	(459)
Total	(16.504)	(22.064)	(16.414)	(22.157)
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota nº 17	390	705	390	705
Pesquisa e desenvolvimento	(150)	(424)	(150)	(424)
Outras	(337)	162	(337)	146
Total	(97)	443	(97)	427

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços Tc Ltda.). A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2013, o principal cliente da Companhia é a Eletropaulo, que representa aproximadamente 88% (88% em 31 de março de 2012) do seu faturamento bruto.

Notas Explicativas

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado	
	31.03.2013	31.12.2012
Ativo		
Contas a receber:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral	272.491	204.847
	272.491	204.847
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (ii)	11	-
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Companhia Brasileira de Energia	11.453	11.453
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	26.157	25.817
	37.621	37.270
	31.03.2013	31.03.2012
Resultado		
Receita operacional líquida:		
AES Eletropaulo - Contrato bilateral (nota nº 20)	558.590	499.966
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (ii)	(16)	-
Outras receitas e custos:		
AES Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (i)	(166)	-
Variações monetárias:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	(340)	(17)
	558.068	499.949

Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2013 é de R\$182,66/MWh (31 de março de 2012 - R\$173,68/MWh).

(i) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Notas Explicativas

(ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa coligada AES Big Sky.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2013	31.03.2012
Benefícios de curto prazo (a)	1.464	1.391
Benefícios pós-emprego (b)	65	64
Outros benefícios de longo prazo (c)	56	63
Pagamento baseado em ações (d)	63	62
Total	1.648	1.580

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2013.

Os valores referentes ao pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation, não havendo ônus para a Companhia.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

31.03.2013		
Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	202.047	202.047
Investimentos de curto prazo	473.648	473.648
Consumidores e revendedores	37.690	37.690
Contas a receber de partes relacionadas	272.491	272.491
Cauções e depósitos vinculados	6.861	6.861
Total	992.737	992.737
PASSIVO (Circulante e não circulante)		
Fornecedores	174.284	174.284
Empréstimos e financiamentos	497.460	496.631
Debêntures	933.371	933.920
Arrendamento financeiro	472	472
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.651	24.651
Total	1.630.238	1.629.958

31.12.2012		
Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa	89.302	89.302
Investimentos de curto prazo	307.621	307.621
Consumidores e revendedores	27.615	27.615
Contas a receber de partes relacionadas	204.847	204.847
Cauções e depósitos vinculados	6.897	6.897
Total	636.282	636.282
PASSIVO (Circulante e não circulante)		
Fornecedores	116.222	116.222
Debêntures	915.596	917.866
Arrendamento financeiro	490	490
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.655	24.655
Total	1.056.963	1.059.233

Notas Explicativas

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica “debêntures”, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no trimestre findo em 31 de março de 2013.

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31.03.2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	202.047	532	201.515	-
Investimentos de curto prazo	473.648	-	473.648	-
Total - Ativo	675.695	532	675.163	-

	31.12.2012			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	89.302	537	88.765	-
Investimentos de curto prazo	307.621	-	307.621	-
Total - Ativo	396.923	537	396.386	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Notas Explicativas

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, ambas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de Auditoria Interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada quatro meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de

Notas Explicativas

auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a coligada Eletropaulo e outros clientes, principalmente por contratos bilaterais. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Para os demais clientes, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas a regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* nas principais agências.

Notas Explicativas

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2013 é a seguinte:

Consolidado	31.03.2013
Caixa e equivalentes de caixa	202.047
Investimentos de curto prazo	473.648
Consumidores e revendedores	37.690
Contas a receber de partes relacionadas	272.491
Total da exposição	985.876

(b.2) Risco de Liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Período findo em 31 de março de 2013	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	174.284	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	517.200	-	-
Debêntures	334.802	24.981	336.455	312.256
Arrendamento financeiro	74	190	112	96
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.651	-	-	-
Total	533.811	542.371	336.567	312.352

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 28 de março de 2013.

Notas Explicativas

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, a Companhia e sua controlada não possuem operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures e notas promissórias remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais de 1,20% e 0,79% a.a., respectivamente. Conseqüentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de março de 2013.

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações contábeis é:

Consolidado	31.03.2013
Equivalentes de caixa	201.515
Investimentos de curto prazo	473.648
Debêntures - 1ª Emissão - Principal	(900.000)
Nota promissória - 1ª Emissão - Principal	(498.000)
Total da exposição líquida	(722.837)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 31 de março de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de março de 2013, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31.03.2013	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,00%	6,00%	8,00%	10,00%	12,00%
Equivalentes de caixa	CDI	201.515	8.058	12.087	16.116	47.350	56.820
Investimentos de curto prazo	CDI	473.648	18.940	28.410	37.880	47.350	56.820
Subtotal		675.163	26.998	40.497	53.996	94.700	113.640

Dívidas - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31.03.2013	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,00%	6,00%	8,00%	10,00%	12,00%
Debêntures - 1ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(900.000)	(47.232)	(65.448)	(83.641)	(101.880)	(120.096)
Nota promissória - 1ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(498.000)	(24.012)	(34.050)	(44.076)	(54.128)	(64.166)
Subtotal		(1.398.000)	(71.244)	(99.498)	(127.717)	(156.008)	(184.262)
Total da exposição líquida		(722.837)	(44.246)	(59.001)	(73.721)	(61.308)	(70.622)

(b.4.2) Risco de preço

O preço da energia elétrica vendida da Companhia para a Eletropaulo está, atualmente, no nível do preço determinado no contrato bilateral (preço médio no trimestre findo em 31 de março de 2013 - R\$182,66/MWh e no trimestre findo em 31 de março de 2012 - R\$173,68/MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. A partir de 2006 quase toda a energia assegurada da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo. Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia de comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, quando vence o contrato bilateral com a Eletropaulo. O objetivo é aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre, com uma participação representativa até 2016. A intenção da Companhia é seguir essa estratégia, de tal forma que o contrato com a Eletropaulo seja totalmente substituído por uma diversificada carteira de clientes a partir de 2016.

(b.5) Outros riscos

(b.5.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados

Notas Explicativas

pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de concessão que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

(b.5.2)Risco hidrológico

Risco associado à variação da disponibilidade hídrica destinada à geração de energia nas usinas hidrelétricas. Para mitigar os efeitos dessa variação, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, o qual tem o objetivo de compartilhar os riscos hidrológicos entre as usinas, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

De acordo com as regras do MRE, o volume total de energia gerada no país é alocado para cada geradora do SIN, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Esta alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção de energia.

Caso as condições hidrológicas sejam desfavoráveis e a soma da energia gerada pelas usinas for menor que a garantia física do SIN, como ocorrido durante o ano de 2012, é realizada uma nova alocação mensal da garantia física de todos os participantes do MRE. Assim, de forma a atender seus contratos comerciais, torna-se necessário comprar energia no mercado spot, que, em momentos de hidrologia desfavorável, pode onerar a Companhia caso o preço de mercado for superior ao preço da energia no MRE.

(b.5.3)Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

25. Informações por segmento

A Administração da Companhia é responsável por revisar regularmente as informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia e sua controlada são administradas como uma única operação, composta por nove usinas hidrelétricas (“UHE”) e três pequenas centrais hidrelétricas (“PCH”). Suas receitas operacionais decorrem substancialmente da venda de energia elétrica produzida. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia e de sua controlada.

Notas Explicativas

26. Seguros

Em 31 de março de 2013, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais (*)	01/04/2012	01/04/2013	1.833.700
Vida em grupo	01/11/2012	01/11/2013	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/06/2012	01/06/2013	30.000
Frota veículos - RCF	31/08/2012	31/08/2013	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

(*) A Companhia renovou a apólice em 1º de abril de 2013. A importância segurada passou de R\$1.833.700 para R\$2.000.000.

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 15 de fevereiro de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasileira, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasileira é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

O escopo dos trabalhos dos auditores não inclui revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

28. Evento subsequente

Aprovação dos dividendos complementares e juros sobre o capital próprio referentes a 31 de dezembro de 2012

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício de 2012, no valor de R\$ 181.875, correspondente a R\$ 0,45511 por ação ordinária e R\$ 0,50062 por ação preferencial. O pagamento será efetuado em 07 de maio de 2013.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição juros sobre o capital próprio, não imputáveis ao dividendo obrigatório referentes ao exercício de 2012, no valor de R\$ 26.104 correspondente a R\$ 0,06532 por ação ordinária e R\$ 0,07185 por ação preferencial. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de abril de 2013, foi aprovada a data de pagamento a qual foi definida para 07 de maio de 2013.

Outras Informações que a Companhia Entenda RelevantesImposto de renda e contribuição social

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012 a Companhia efetuou pagamentos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 395.121 e R\$ 375.331, respectivamente. Os pagamentos consolidados foram de R\$ 395.121 e R\$ 375.389, respectivamente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Tietê S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas no primeiro parágrafo não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa no. 3, em decorrência da mudança de política contábil pela entrada em vigor em 1o. de janeiro de 2013 do CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, os saldos correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de abril de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com informações constantes do Relatório de Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º Trimestre do exercício social de 2013.

Barueri, 30 de abril de 2013.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor de Performance e Serviços

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteadado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com informações constantes do Relatório de Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º Trimestre do exercício social de 2013.

Barueri, 30 de abril de 2013.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Rinaldo Pecchio Junior
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Arturo Enrique Gris Lindenthaler
Diretor Vice-Presidente e de Geração

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor de Assuntos Legais

Sheilly Caden Contente
Diretora de Assuntos Regulatórios

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor de Performance e Serviços

Olivier Robert Jean Marquette
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade